



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	A cooperação securitária intragovernamental em virtude da organização dos Grandes Eventos no Brasil
Autor	HENRIQUE PIGOZZO DA SILVA
Orientador	CARLOS SCHMIDT ARTURI

A cooperação securitária intragovernamental em virtude da organização dos Grandes Eventos no Brasil

Autor: Henrique Pigozzo da Silva

Orientador: Carlos Schmidt Arturi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Este trabalho tem como objetivo avaliar a cooperação intragovernamental em segurança e inteligência para a realização dos Grandes Eventos no Brasil, em especial para a organização da Copa do Mundo FIFA 2014. A pesquisa se insere no contexto de transnacionalização das ameaças de atores não-estatais no período pós-Guerra Fria, especialmente da ameaça terrorista após os atentados de 11 de setembro de 2001, processo que demanda cooperação, coordenação e compartilhamento de informações entre órgãos de segurança nacionais e estrangeiros. Os emblemáticos atentados das Olimpíadas de Munique (1972), dos Jogos de Atlanta (1996), e da Maratona de Boston (2013), demonstram a recorrente escolha de eventos globais como alvos de grupos terroristas, provavelmente por seu simbolismo e audiência global, requisitando a ação conjunta dos órgãos de segurança para a formação da estrutura de segurança de Grandes Eventos. O presente estudo se justifica, dessa forma, pela necessidade de compreensão da atuação das forças de segurança na conjuntura específica da preparação dos Grandes Eventos, situação que demanda, em alguma medida, a evolução institucional dos mecanismos de cooperação securitária entre os órgãos nacionais. Em especial, o estudo da arquitetura da segurança da Copa do Mundo de 2014, parte de uma série de Grandes Eventos no Brasil - Jogos Pan-Americanos em 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2012 (Rio + 20), Jornada Mundial da Juventude em 2013, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 -, permite avaliar o grau do avanço institucional da cooperação securitária alcançada nesse contexto. Para a consecução do estudo, a metodologia utilizada consiste na análise de documentos oficiais, discursos de representantes de entidades relacionadas ao tema e notícias da imprensa especializada, além da revisão de bibliografia selecionada. Com base nessas fontes, a pesquisa organiza-se em dois eixos: por um lado, analisa o padrão de cooperação em situações regulares entre os órgãos de segurança do Brasil (ABIN, SESGE, Polícia Federal, Forças Armadas); por outro, visa compreender a estrutura de segurança arquitetada para os Grandes Eventos no Brasil, em especial para a Copa do Mundo FIFA 2014, com enfoque nos mecanismos institucionais de cooperação, bem como na alocação e gerenciamento de recursos públicos. A partir disso, buscamos responder as principais perguntas da pesquisa: “Em que medida a cooperação em segurança e inteligência se institucionalizou em virtude da organização de Grandes Eventos no Brasil? A institucionalização alcançada se tornou perene?”. Como conclusão parcial, sustentamos que a realização de Grandes Eventos no Brasil provocou o avanço da cooperação securitária intragovernamental, representado pela criação de instituições promotoras de cooperação, como a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR) nas 12 cidades-sede da Copa, coordenados pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), localizado em Brasília. Como indicadores de perenidade, percebe-se que as instalações dessas instituições e os equipamentos adquiridos para seu funcionamento são utilizados no cotidiano da segurança pública do país, além de reunirem no mesmo ambiente representantes de diversas entidades de segurança do Brasil, estimulando a cooperação entre os órgãos. Para futuras etapas da pesquisa, interessará também verificar a influência da organização dos Grandes Eventos no Brasil sobre a cooperação intergovernamental regional. Para a formulação de um estudo conclusivo sobre esse tópico, no entanto, ainda é necessário maior acesso a dados empíricos.